

Reportagem

Relação entre Finlândia e Estados africanos

O paradoxo de um Estado transparente que financia governos corruptos

Os principais Estados africanos, receptores da ajuda da Finlândia, são Moçambique, Zâmbia, Tanzânia, Etiópia e Kenya. Esses países, e no caso concreto Moçambique, têm ideologias opostas àquilo que se vive na Finlândia. Enquanto na Finlândia os dirigentes são servidores, em Moçambique são servidos. Em Moçambique o povo é que trabalha para os governantes. Não são os governantes que trabalham para o povo.

Borges Nhamirre,
em Helsinquia

O governo Finlandês, através do seu Ministério dos Negócios Estrangeiros, convidou a Imprensa africana de 13 países para uma visita oficial de 5 dias àquele país escandinavo. A Finlândia é dos países mais desenvolvidos do mundo, não tanto do ponto de vista industrial, mas principalmente pela qualidade de vida, bem-estar dos seus cidadãos e a aposta num desenvolvimento sustentável. O propósito da ida da Imprensa africana à Finlândia foi justamente a partilha de experiências sobre o modelo finlandês de fazer as coisas, mas a bem da verdade deve-se dizer que este seu bom exemplo a Finlândia não está a conseguir transmitir aos seus parceiros, pelo menos por enquanto. O Canal de Moçambique e Canalmoz foram dos órgãos de comunicação social convidados pelo governo da Finlândia para essa visita e in loco pudemos ver que realmente está num estágio de desenvolvimento humano muito avançado, mas o modelo de cooperação adoptado pelos

Estados africanos parece não estar a sortir os efeitos desejados.

Como podem os "gregos" apoiar os "troianos"?

A Finlândia é um Estado que se preza pela transparência e respeito pelos direitos humanos. Orgulha-se de ter um índice de corrupção dos mais baixos do mundo. Neste momento é o quarto país menos corrupto do mundo, apenas atrás da Dinamarca, Nova Zelândia e Singapura.

Numa escala de 0 a 10 pontos, sendo menos corrupto quem está mais próximo do 10, a Finlândia sempre ocupou os lugares cimeiros, com pontuação nunca abaixo de 8,9. Em 2010 teve avaliação de 9,2 pontos. Em 2009 teve avaliação de 8,9, o mais baixo desde 2002. Teve 9,0 em 2008. Em 2007 teve 9,6. Em 2005 teve 9,6. Isto só para se ter noção do quanto é prestigiado o Estado finlandês no mundo da transparência. A avaliação é da Transparência Internacional, uma ONG especializada nestes estudos anuais. Mas não são só as estatísticas

que provam a transparência na Finlândia. Os deputados, embaixadores, ministros e demais dirigentes do Estado, têm seus salários publicamente revelados a todos cidadãos, nacionais e estrangeiros. O Canal de Moçambique timidamente questionou um deputado quanto ganha. "Cerca de cinco mil dólares", disse. A resposta veio pronta e sem rodeios. Quem é pago com fundos públicos se sabe quanto ganha e quais são as regalias.

O paradoxo

O que espanta, porém, é que como um Estado defensor de transparência e respeito pelos seus cidadãos a Finlândia financia governos corruptos e que se pautam por secretismo na gestão da coisa pública. É incompreensível que na Finlândia todos os cidadãos têm acesso, é público, por isso todos sabem o valor da remuneração de cada um dos seus dirigentes, mas em Moçambique essa informação seja secreta, quando Moçambique recebe anualmente dinheiro do Estado finlandês. Foi por este tipo de incon-



gruências que os jornalistas africanos indagaram os membros do governo finlandês, sobre o modelo da ajuda concedida aos Estados africanos.

A resposta dada é no geral de que a Finlândia não pretende interferir nos assuntos internos e de gestão dos Estados que recebem sua ajuda, o que parece, no entanto, inconcebível.

Na história das relações internacionais, as alianças são feitas de acordo com as convicções e ideologias. E sendo a ideologia a transparência, não se pode apoiar quem se pauta pelo modelo contrário. Suscita dúvidas.

Os principais Estados africanos, receptores da ajuda da Finlândia, são Moçambique, Zâmbia, Tanzânia, Etiópia e Kenya, para além doutros que vêm em segundo escalão.

Estes países, e no caso concreto Moçambique, têm ideologias opostas àquilo que se vive na Finlândia. Enquanto na Finlândia os dirigentes são servidores, em Moçambique são servidos. Em Moçambique o povo é que trabalha para os governantes. Não são os governantes que trabalham para o povo, como sucede na Finlândia, um país financiador e doador de Moçambique.

"Moçambique deve melhorar a transparência"

- diz o ministro dos Negócios Estrangeiros da Finlândia, Erkki Tuomioja



Num encontro com o ministro dos Negócios Estrangeiros da Finlândia, Erkki Tuomioja, que teve lugar no Parlamento daquele país, quarta-feira dia 28 de Setembro findo, o enviado do Canal de Moçambique e do Ca-

nalmoz questionou o membro do Governo finlandês, o facto de se continuar a drenar fundos para apoio ao Estado moçambicano, nesse cenário de pouca transparência e corrupção elevada. Perguntámos-lhe se não entendia que

está a usar dinheiro do povo finlandês para financiar corrupção.

Erkki Tuomioja disse que de facto "o índice de corrupção de Moçambique é preocupante" e "deve melhorar" a transparência. Baseou-se nos dados dos últimos dois anos da Transparência Internacional, onde Moçambique esteve avaliado como um dos países mais corruptos do mundo com 2,7 pontos em 2010, subindo apenas 0,1 em relação a 2009, onde esteve avaliado em 2,6 pontos.

Entretanto, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Finlândia disse que o seu país não pode deixar de dar apoio ao Governo moçambicano porque "o povo moçambicano precisa".

Mas o problema que parece não ter entendido é que a aju-

da beneficia mais os dirigentes do que o destinatário referido: "o povo moçambicano".

Outro aspecto que mostra as diferenças entre a Finlândia e os seus parceiros africanos e no caso, Moçambique, tem a ver com a gestão da coisa pública.

Por exemplo, num livro intitulado as 100 maiores inovações da Finlândia, este país orgulha-se de ter um parlamento unicameral, com 200 deputados e um Governo de apenas 18 ministros e sem vice-ministros. Em Moçambique, o Governo conta com mais de 28 ministros e incluindo os vice-ministros chegam a meia centena.

Entre nós, a Assembleia da República ou parlamento, em que os salários dos deputados dependem de ajudas externas,

há 250 deputados, o que engorda as despesas públicas, contra os apenas 200 na Finlândia, um dos países doadores.

"Nós só damos ajuda a quem presta-nos contas"

Já num encontro posterior com os jornalistas africanos, o director-geral adjunto do Departamento para África e Médio Oriente no Ministério dos Negócios Estrangeiros da Finlândia, Heikki Tuunanen, que falou aos grupos de jornalistas da falta de transparência dos governos africanos, disse que os Estados africanos que recebem ajuda da Finlândia, prestam contas, uma regra básica da democracia.

Sucede, porém, que a pres-

919 - P18 - 4476

Reportagem

tação de contas pode até ser verdadeira para os doadores, mas no caso de Moçambique, os cidadãos não são considerados no processo de prestação de

contas, isto é, não se efectiva. Não faltam exemplos de documentos oficiais do Estado aprovados pelo Governo e distribuídos aos doadores, antes de serem

conhecidos pelos moçambicanos. O exemplo mais recente é dos resultados do Inquérito sobre o Agregado Familiar, também conhecido como terceira

avaliação à pobreza, que ficou concluído e engavetado pelo Ministério da Planificação e Desenvolvimento e só saiu para conhecimento da Imprensa atra-

vés dos doadores. Os doadores já tinham recebido do Governo o documento, mas os moçambicanos para o conhecerem tiveram de o receber dos doadores.

Deputado na Finlândia não tem direito a viatura nem casa do Estado

“O meu salário é de aproximadamente 5 mil euros, equivalente ao salário normal de um funcionário brilhante em qualquer outra actividade” – Perti Salolainen, deputado e vice-presidente da Comissão de Relações Externas no parlamento finlandês



Ser deputado na Finlândia não é sinónimo de vida de luxo com contas pagas pelo Estado. Contrariamente ao que sucede em Moçambique, os deputados finlandeses pagam as suas contas com o seu dinheiro. Não recebem viatura nem casa do Estado. Não beneficiam de isenções fiscais e não trabalham no Governo ou em instituições do Estado. Estão totalmente isentos para poderem levar a efeito a sua acção fiscalizadora.

O Canal de Moçambique/Canalmoz visitou o parlamento finlandês, a “EDUSKUNTA”, e conversou com os deputados locais que ficaram boquiabertos quando ouviram que em Mo-

çambique o deputado recebe uma viatura do Estado, uma casa protocolar ou subsídio de renda de casa, está isento de pagar alguns impostos, está isento de todos os direitos e encargos em qualquer importação do estrangeiro, e até ocupa cargos no mesmo Governo e instituições públicas que, paradoxalmente, é suposto fiscalizar.

Perti Salolainen, deputado e vice-presidente da Comissão de Relações Externas no Parlamento finlandês, foi o primeiro deputado a receber o grupo de jornalistas africanos que visitaram aquele país europeu. O encontro decorreu na sala de sessões plenárias, um acto simbólico que visava

mostrar a abertura do parlamento finlandês a qualquer cidadão que pretenda visitar o local e se inteirar do seu funcionamento.

O sistema governamental na Finlândia é parlamentar, o que significa que o Governo é eleito pelo parlamento e também por ele dissolvido. É um parlamento unicameral com 200 deputados. Neste momento é composto por 8 partidos com uma distribuição equilibrada dos deputados. Não há “maiorias esmagadoras” nem “vitórias retumbantes e convincentes”.

O partido vencedor tem 44 deputados e o segundo tem 42, o terceiro tem 39 e o quarto tem 35, só para se ter a noção de quão as coisas estão equilibradas. Ninguém decide sozinho com a chamada “ditadura de voto”. Aqui é preciso debater-se e chegar-se a um consenso e então se avança para a aprovação das leis.

Mas se a organização do parlamento já é impressionante, imagine-se as condições em que os deputados trabalham. Tem todas infra-estruturas criadas, gabinetes de trabalho e salas de reunião. Só que as regalias não são individuais, mas, sim, para o trabalho. Ou seja, o Estado

finlandês cria condições para os deputados trabalharem e não para sua vida privada como sucede em Moçambique em que o deputado é rodeado de mordomias.

Sem viatura do Estado nem isenções fiscais

Questionámos ao deputado Perti Salolainen, quais são, na sua qualidade de deputado, as regalias especiais que lhe são conferidas pelo Estado.

“Não há lei específica para os deputados. Não tenho imunidades nem regalias”, disse. Questionámo-lo se tinha direito a casa e viatura providenciadas pelo Estado. “Viatura do Estado? – Nem pensar”, respondeu o deputado daquele país que é dos principais financiadores do orçamento do Estado moçambicano.

“A viatura compró com o meu salário tal como fazem todos os cidadãos. Não tenho casa providenciada pelo Estado. Mesmo os deputados que vêm das províncias têm de arrendar apartamentos na capital com o seu próprio dinheiro. O Estado não paga despesas dos deputados”, explicou o parlamentar holandês. Disse que não bene-

ficia de nenhuma isenção fiscal.

“Esse é o problema dos políticos africanos...”

Explicámos ao deputado finlandês que a nossa pergunta deriva do facto de em Moçambique os deputados receberem viaturas do Estado e os que exercem alguns cargos de chefia no parlamento, terem direito a duas viaturas e casas protocolares construídas/compradas e mobiladas pelo Estado, para além de um salário confidencial, mas que se sabe que é chorudo.

O deputado finlandês ficou estupefacto e disse: “Esse é o problema dos políticos africanos”. Como forma de mostrar a transparência, revelou que o seu salário é de cerca de “5 mil euros, equivalente ao salário normal de qualquer funcionário brilhante”.

Depois recordámos ao parlamentar finlandês que o seu país é um dos principais doadores para o orçamento anual do Estado moçambicano, e esse dinheiro é usado para conferir regalias aos deputados e outros dirigentes. “For this reason I say the donations must stop (é por isso que digo que as doações devem parar)”, disse o parlamentar.



A Finlândia orgulha-se também de ser um país com uma educação de grande qualidade e de possuir uma taxa de analfabetismo zero por cento [0 %].

Os finlandeses estudam gratuitamente desde o primeiro ano de escolaridade até à universidade. Os livros são também totalmente gratuitos e estão disponíveis nas escolas. Os professores têm um “salário muito bom” e o mínimo de formação exigido para ser professor de nível primário

neste país é o grau de mestrado!

O Canal de Moçambique/Canalmoz visitou em Helsínquia, capital de Finlândia, uma escola de ensino básico (de 1ª a 9ª classes) deste país da Europa do norte, para se ver como funciona.

Não há comparação que se possa fazer com a forma como a educação é encarada em Moçambique ou noutro Estado africano. Na Finlândia os professores de ensino primário [que em Moçambique estão entre os funcionários do Estado muito mal pagos] ganham “salários muito bons”, segundo suas próprias palavras.

Mas não é só o bom salário dos professores que desperta atenção. Os alunos finlandeses estudam totalmente gratuito. As escolas são todas públicas. O Estado não cobra pela educação dos seus cidadãos. Para além disso, os livros são também gratuitos para os alunos desde o primeiro nível

até ao ensino superior. Quem quiser compra-os, mas estão disponíveis nas bibliotecas da escola e nas bibliotecas públicas.

Os alunos passam todas refeições possíveis (pequeno almoço, almoço e lanche) nas escolas, também gratuitamente.

Há ainda a notar questões de detalhe como o desenho das salas de aula que permite uma interacção mais prática entre docentes e alunos. Os alunos sentam-se em mesas espalhadas na sala, como se de um restaurante se tratasse.

Ainda mais, os alunos estudam, desde o primeiro ano, questões ligadas à cidadania: conservação do meio ambiente, direitos civis, comunicação social. Estas aulas sobre a cidadania incluem práticas diárias, como limpeza nas escolas e noutros recintos públicos.

Por exemplo, para manter a limpeza no recinto escolar, os alunos da “Torpparimäki Com-

prehensive School”, no centro da Helsínquia, circulam no recinto escolar de peúgas. Todos se descalçam e deixam os sapatos num local específico e ficam o dia todo só de peúgas. Assim crescem a saber que em espaços públicos deve-se manter a limpeza.

Segundo explicou Osmo Korhonen, director dessa escola, “os alunos provenientes de famílias com poucas posses recebem incentivos da escola, especificamente, dinheiro para ajudar suas famílias”.

Korhonen explicou ainda que o ensino primário é quase exclusivamente providenciado pelo Estado, porque “ninguém está interessado em estudar em escolas privadas devido à qualidade do ensino público”.

O Canal de Moçambique/Canalmoz conversou com alguns docentes da “Torpparimäki Comprehensive School” que dis-

seram que o seu “salário é muito bom e se compara a de qualquer outro funcionário como de membro do parlamento (deputado!)”.

As turmas em escolas finlandesas têm em média 30 alunos. E os docentes trabalham nas escolas em tempo integral (full-time). Não há professores ‘turbos’ e... assim se faz um país a sério!

Futuro sustentável

Outra preocupação do Estado finlandês é evitar danos ao meio ambiente. Neste país, cerca de 70% das empresas, usam as chamadas ‘green tech’, tecnologias amigas do meio ambiente, através de material reciclável.

O tratamento da água é dos melhores e as florestas constituem o melhor recurso do país. A capital, Helsínquia, é uma cidade completamente verde – arborizada. (Canal de Moçambique)

O ensino gratuito da 1ª classe até à universidade

... e o salário do professor “é muito bom”